

POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO: A NEGLIGÊNCIA DO PODER PÚBLICO COM A EDUCAÇÃO NO CAMPO

Telma Patricia Nunes Chagas Almeida¹; Charles Lamartine de Sousa Freitas²; Vitor Saivo Regis da Silva³; Pablo Derruan Gurgel de Andrade ⁴; Rafael Magnum de Azevedo Freitas⁵

¹Doutora em Letras (UERN) Professora da UniCatólica do RN e do Colégio Diocesano Santa Luzia, Sócia AINPGP, telma.almeida@professor.cdsl.com.br

² Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Reitor da UniCatólica do RN e Diretor do Colégio Diocesano Santa Luzia, charles.lamartine@gmail.com

³Mestrando em Ensino – POSENSINO – UFERSAQUERN/IFRN, saivovitor@hotmail.com

⁴ Mestrando do PROFBIO UERN e professor do Colégio Diocesano Santa Luzia, pabloderruan@gmail.com

⁵ Mestrando do PROFHISTÓRIA UERN e professor do Colégio Diocesano Santa Luzia, Magnum.rafael@gmail.com

Resumo: São muitos os problemas presentes na educação brasileira, diversos são os fatores que proporcionam resultados negativos, sobretudo, na educação pública, e isso ocorre principalmente pelo descaso da parte Governamental. Apesar de tantas dificuldades, a educação na área urbana ainda possui mais amparos governamentais do que a educação rural. No campo consta-se um esquecimento e exclusão, uma negligência por parte do Governo, em que alunos perdem anos de estudo chegando à evasão escolar em decorrência dos desafios cotidianos. Esse estudo, tem como objetivo refletir sobre a realidade da Educação do Campo no território brasileiro, de modo a identificar o direcionamento e a aplicabilidade das políticas públicas voltadas as comunidades rurais brasileiras. A comunidade necessita um olhar por parte do poder público para a construção de uma educação de qualidade, e realização de projetos e ações afirmativas que transformem a perspectiva de valorização da população rural e como consequência tenham a garantia de acesso a direitos básicos que lhes garantam o direito à cidadania plena.

Palavras-Chave: Educação no Campo. Políticas Públicas. Negligência.

Introdução

No Brasil, são inúmeras as comunidades que vivem no campo, ou seja, que residem nas áreas rurais e sobrevivem da pesca, plantio, extrativismo e de subsistência. Para os povos dessas comunidades, a agricultura e a pesca são essenciais em suas vidas, uma vez que extraem grande parte de seus alimentos e deles dependem a garantia da qualidade de vida digna.

REALIZAÇÃO:



UECE



AINPGP

Por isso, parte das escolas passaram a adotar um calendário letivo adaptado ao ciclo do plantio e suas respectivas safras. A educação nas comunidades rurais tem grandes desafios, antes mesmo do nascer do Sol, e algumas vezes debaixo de chuvas, crianças e jovens já estão na ativa, na melhor das hipóteses, à espera de um transporte que os direcione ao plantio e/ou colheita de suas produções agrícolas.

Um fator que interfere na dinâmica escolar anual e, por vezes, resulta em um número elevado de evasão escolar. Acrescido a essa situação, em muitos casos constata-se a ausência de professores em razão das dificuldades de transporte e da distância entre a zona urbana e as comunidades rurais. Diante desse cenário, as soluções encontradas pelas secretarias educacionais encontram-se voltada a uma troca de professores entre as escolas da região, isto é, educadores são divididos em grupos passando um semestre em cada escola, dormindo em alojamentos e/ou na casa de membros da comunidade, e retornando para seus lares no final da semana. Na tentativa de diminuir os impactos negativos na educação de comunidades rurais, para que tenham melhores condições de estudo e aprendizagem.

Mediante esse contexto, vale destacar os diversos problemas enfrentados por essas comunidades, tendo em vista que de acordo com a Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), é dever da criança: “de ESTUDAR e se preparar para a vida em sociedade”, e para tanto são necessárias novas políticas públicas que incluam verdadeiramente as comunidades rurais em sua totalidade, por necessitar de uma assistência integral, coletiva e ao mesmo tempo individualizada em consonância com suas características regionais e até mesmo em relação ao seu perfil de produção.

Nesses termos, o estudo em questão problematiza sobre: Quais as dificuldades enfrentadas pelos alunos e professores, em comunidades do campo? O que pode ser feito para contribuir com as melhores condições de ensino e aprendizagem?

Desenvolvimento

Para início de discussão, é preciso refletir sobre a Educação no Campo, o teórico Merleau-Ponty (2011), aponta que cada lugar apresenta múltiplas relações que só podem ser sentidas e apreendidas quando forem vividas, mesmo que seja por breves espaços de tempo.

São muitas as dificuldades mapeadas nas comunidades rurais do Brasil, em vários âmbitos, e em relação a Educação, não é diferente.

O descaso na própria dinâmica escolar, uma vez que a maioria não possui um espaço próprio, e quando possuem encontram-se sucateadas. Além da distância, tendo em vista que a grande maioria dos estudantes necessitam se deslocar de casa até a escola e, muitos não possuem um meio de locomoção.

Um pressuposto sinalizado por Mota Neto (2004), em seus estudos:

“A grande dificuldade no acesso e continuidade dos estudos é provocada principalmente pela distância e deslocamento até os lugares das aulas, falta de professores e/ou constante rotatividade dos docentes e baixo aprendizado dos educandos.”

Associado a essa particularidade, na própria organização das salas de aulas tem-se um desafio, uma vez que é comumente a existência de classes multisseriadas, modelo predominante nessas áreas e comumente apresentados em residências ou salões comunitários, ou seja, numa mesma sala um professor precisa atender alunos em diferentes níveis e necessidades pedagógicas de aprendizagem, em diferentes matérias. O que explica a rotatividade de professores.

Uma situação inteiramente incomum para o docente. Os professores em seu processo de formação profissional/acadêmica têm uma preparação para o trabalho, em que ministrará aulas para alunos de uma mesma turma, com matérias e realizações de tarefas únicas, e quando se deparam com a educação no campo, passam a sentir uma sobrecarga, além de se deparar com questões relacionado a distância entre o campo e cidade, a falta de materiais pedagógicos adequados, tais como: livros, transporte, infraestrutura dos prédios escolares, energia elétrica, dentre outros aspectos.

Um cenário que lhes garanta um padrão de funcionamento de equipamentos tecnológicos, como a internet, entre outros. O que denota uma possibilidade que venha a comprometer o aprendizado do aluno, também desestruturar o professor em relação a sua prática docente.

A falta de apoio e suporte do Estado e do poder Municipal só agravam os problemas da educação nessa área, nos cenários já apresentados em pesquisas sobre a educação no campo é comum verificar a ausência de verbas para aquisição de material e suporte pedagógico, além da falta de professores, e quando constata-se a locação do profissional percebe-se a ausência de cursos voltados para a formação continuada. O que reflete diretamente no dia a dia dos alunos, que por vezes passam meses e até anos sem aula.



Como resultado, alunos não aprendem o básico, e/ou aprendem de forma parcial. Uma alternativa para mitigar esses prejuízos seria a adoção de uma prática pedagógica voltada para a educação ambiental que se apresenta como um processo de identificação nas relações afetivas e sociais em relação ao espaço rural em que vivem.

Um caminho para o desenvolvimento do saber e da cultura local. Sobre esse aspecto, os Referenciais Curriculares para Educação Infantil (RCNEI), em seu art. 3º, define o Currículo como:

Um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças, com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de zero a cinco anos. (BRASIL, 1998).

São aspectos da prática docente, que é comum a todos os professores, independentemente de ser de zona urbana ou rural: a organização do tempo e espaço, organização da sala de aula para receber os alunos, o planejamento da rotina em consideração as crianças que farão parte daquela realidade escolar, a elaboração de projetos pedagógicos que considere os saberes dos alunos a partir de suas vivências cotidianas.

O aspecto cultural; estratégias e estudos educativos que levem o aluno a aprender de forma mais espontânea sobre os saberes tradicionais e científicos; ressaltando as necessidades de cada aluno, buscando perceber seu modo de vida, fazendo com que o aluno se sinta à vontade para relatar sua rotina, e o auxiliando a significar a prática docente pautada em ações profissionais.

Para abrangermos melhor o processo de ensinar e de aprender em um contexto educacional rural, é necessário esse movimento de valorização cultural, por isso, o professor, ao se deparar com a precariedade da estrutura escolar e do transporte escolar, se decepciona e se desmotiva, chegando a atitudes extremas de renúncia da atividade profissional, sem ao menos aprender ou tentar lidar com a realidade lhe proporcionada.

A Constituição Federal, garante educação e transporte escolar a todas as crianças e jovens no Brasil. Entretanto, nas áreas rurais a oportunidade de gozar desses direitos é menor que nas zonas urbanas, especialmente na Região Norte e Nordeste, que existe historicamente uma certa negligência governamental.



“Na Região Norte e Nordeste, o atendimento é especialmente pior do que nas outras regiões. Percebemos que essa distância vai se aprofundando cada vez mais, se tornando pior, resultado de um processo histórico e social na qual a administração pública tende a negligenciar as comunidades rurais” (CRUZ, Movimento Todos Pela Educação, 2016).

Acrescentando a essa discussão, o fator sócio-histórico e geográfico, no qual culturalmente são regiões brasileiras com maior número de evasão escolar em comunidades rurais, justificadas pelo maior número de crianças oriundas de famílias mais pobres com dificuldades ao acesso à educação. A desatenção com a comunidade rural é tanta, mesmo sabendo que a educação é um direito de todos, dados como esses são mapeados, anualmente.

Como já citado anteriormente, situações como: classes multisseriadas, professores rotativos, falta de material pedagógico e ausência de infraestrutura básica, são obstáculos para a garantia de uma educação de qualidade.

Em termos das soluções disponíveis, a situação das escolas localizadas nas áreas rurais ainda é bastante precária, alguns serviços que presentes e comuns em escolas urbanas, na escola do campo não existem. A exemplo, enquanto 75,9% dos estabelecimentos urbanos estão equipados com microcomputadores, apenas 4,2% dos estabelecimentos rurais de ensino possuem este recurso. Já bibliotecas, laboratório e quadras de esporte não fazem parte da realidade das escolas rurais (MEC/Inep, 2018).

Ainda, na perspectiva do profissional da educação atuante no campo, Arroyo (2004, p.58-59) aponta:

[...] costumam fazer parte de um círculo vicioso e perverso: são vítimas de um sistema educacional que desvaloriza o seu trabalho, que coloca o meio rural como uma penalização e não uma escolha, que não viabiliza a sua qualificação profissional, que rebaixa sua autoestima e sua confiança no futuro; como vítimas tornam-se então provocadores de novas vítimas, à medida que realizam um trabalho desinteressado, desqualificado e sem ânimo. É urgente romper com esta cadeia, estabelecendo novos vínculos, novas condições e nova identidade para educadores/educadoras.

Desse modo, é notório a necessidade de novas políticas públicas que valorizem os professores, promovendo melhores condições de trabalho, formação continuada, melhoria salarial, estimulando a permanência deles em sala de aula, auxiliando também a continuar a formação de milhares de estudantes que querem transformar uma sociedade por meio da educação. Além de melhorias para os profissionais, também provocam mudanças na escola, em seu currículo e em seus alunos.

Um outro dado alarmante se refere ao dado apresentado pelo Censo dos Profissionais do Magistério da Educação Básica, na qual são evidenciados que a remuneração dos professores das áreas rurais é inferior àquela dos professores da área urbana.

Promover uma mudança no panorama da educação no campo é um dos maiores desafios educacionais que o Brasil tem pela frente. É dever do Governo apreender as necessidades de cada comunidade, de forma a avaliar o atendimento apropriado das necessidades educativas, dos indivíduos que ali vivem e trabalham; oferecendo subsídio à população; constituição de uma política educacional nacional que garanta aos brasileiros o direito a uma educação de qualidade; respeite a diversidade cultural; e possa reestruturar o ambiente escolar para a promoção de estímulos dos alunos, além de formação continuada, e aumento salarial para os professores, e que o mesmo inclua um leque de possibilidades de efetivar sua docência de forma confortável em sala de aula, e se manter na escola, assim amortecendo a rotatividade de profissionais em sala de aula.

Ao executar políticas públicas eficientes, o poder administrativo deve ter parâmetros adaptados a realidades territoriais (regionais, estaduais, municipais ou distritais, entre outras) que não são homogêneos. É necessário observar que existem várias possibilidades, além da intervenção estatal a se constituir de forma guiada por orientadores ou índices.

O perfil das comunidades rurais se constitui por indivíduos, famílias e comunidades tradicionais agroextrativistas que vivem em regiões de várzea, próximas a rio e que têm modo de aparelhamento, reprodução social, cultural e econômica fundamentados na constante interação com o meio aonde vivem e são determinados pelo ciclo das águas (regime de cheias e vazantes) e pelos recursos que o inverno (épocas de chuvas) e a terra lhe oferecem.

“Os saberes, representações e imaginários em relação à terra estão vinculados ao trabalho e à habitação. A terra é compreendida como espaço de trabalho, de moradia, de sobrevivência, e de comunidade, assim como de educação, ou seja, como transmissão de saberes, atitudes e valores através das práticas cotidianas para as futuras gerações, de suas tradições historicamente construídas. [...] O trabalho com a terra na plantação da mandioca possibilita, assim, a sobrevivência dessa população ribeirinha, bem como das futuras gerações, sendo mantida como tradição pelo processo de ensinar-aprender cotidiano entre os adultos e os mais jovens.” (Oliveira e Mota Neto, 2008, p. 66)

Pesquisas que confirmam a relação das comunidades rurais com o trabalho e a terra, baseado em atividades executadas comunidades rurais brasileiras que não se caracteriza somente na perspectiva dos rios, mas também num espaço geográfico geral em que os mesmos se encontram, rios, terra, florestas.

Como a educação nasce das lutas e dos movimentos sociais contra a dominação de um poder que exclui e segrega os que têm menos condições e/ou escolaridade, a garantia do acesso à educação lhes promove o respeito à diversidade do campo, o incentivo à formulação de projetos pedagógicos específicos, o desenvolvimento de política de formação de profissionais da educação, e a valorização da identidade da escola do campo e do controle social da qualidade da educação.

O termo Política Pública é bastante controverso e isso ocorre pela forma como se olha a ação política e a direção que ela toma no território brasileiro, se esta assume a perspectiva de ação ou uma reação estatal. De um lado, são desenvolvidos estudos com uma visão situada em quem sofre a ação: o cidadão, e por outro lado, centrada no agente que direciona a ação: o Estado. Sobre esse paradigma, Souza (2006, p. 18) afirma que estudar políticas públicas é estudar o “governo em ação”. Partindo do pressuposto de que o governo, possa realizar de fato as mudanças que são de cunho do Estado, descrevendo as políticas conforme os interesses de quem os representa, todavia deixa como último caso, o problema que leva à formulação de uma política pública.

No que se refere à formulação das políticas públicas, Howlett (2000) assinala que o julgamento público tem sido um fator enorme para o seu desenho, não o principal, mas por enquanto uma categoria secundária que compõe um processo em que os índices também fazem parte. Apontamentos gerais, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), podem amparar em várias formulações de políticas. Entretanto, a adoção de um índice como esse para um território exclusivo pode atrasar o formulador, pois não será possível observar mais a fundo os processos sociais que compõe esses lugares.

As comunidades do campo são cercadas por uma diversidade de fauna e flora, um ambiente de saberes culturais e medicinais e ainda apresentam a possibilidade de aprendizado com outras comunidades próximas da região a qual pertença. As instituições de ensino poderiam ofertar uma educação integral, ou seja, que garanta o desenvolvimento dos sujeitos em todas as suas dimensões, intelectual, física, emocional, social e cultural e que se constitui como projeto coletivo, compartilhado por crianças, jovens, famílias, educadores, gestores e comunidades locais.



No entanto, a maioria das escolas do campo estão voltadas para o urbano, atendendo a uma estrutura curricular que não envolve os potenciais educativos do território. É fundamental que o Projeto Político Pedagógico de cada escola seja diferenciado, com metas que incluam o estudo de conteúdos familiares a eles, que colaborem com sua identidade cultural.

A participação da comunidade é importante nesse processo, levar familiares dos alunos até a escola para falar sobre o que sabem, por exemplo, sobre plantas, ou o “linguajar” é interessante e estimulante.

Conclusões

Discutir essa temática é despertar o conhecimento amplo das comunidades rurais que não são inteiramente assistidas; é refletir sobre a quantidade de alunos que não frequentam a escola regularmente por não ter a condição necessária que lhes garanta o acesso à educação.

Por meio desse estudo foi possível identificar como as comunidades do campo, ao mesmo tempo que tem possibilidade de avanços na construção do ensino-aprendizagem, tanto no ensino como em seus saberes, não conseguem efetivar essa dialógica devido a situações cotidianas que foram construídas e alimentadas no decorrer da história.

Ressignificar essa trajetória é buscar soluções para que a educação em sua totalidade possa ser efetivada no território brasileiro. Voltado para um ensino que reconstrua práticas pedagógicas, tornando o aluno construtor de seu próprio conhecimento a partir do reconhecimento de suas particularidades e lugares que ocupam.

Nesse estudo, foi identificado problemas, dentre eles: as dificuldades enfrentadas pelos alunos e professores nas comunidades rurais; a situação da escola em relação a estrutura física no campo; a dificuldade de locomoção não só de alunos, mas também dos profissionais da educação; a falta de materiais escolares/livros didáticos e recursos para desenvolvimento de projetos pedagógicos eficientes.

Resultando em desmotivação por parte dos profissionais e até mesmo dos alunos por não ter condições dignas de ensino. Com isso, a educação do campo pede uma nova análise das diretrizes educacionais, dos projetos políticos pedagógicos com a mediação do Governo e institucionalização de ações eficientes.



A ausência do poder público nessas regiões, os tornam “invisíveis” para as políticas públicas, de modo a ser necessário a implementação de lutas e movimentos sociais que entrelaçam a Educação do Campo, trazendo uma escola de qualidade, investimentos em saúde coletivo e acessibilidade a todos os seus direitos e garantias.

Além dos problemas já citados, a desvalorização profissional, com salários baixos e péssimas condições de trabalho interfere na qualidade do ensino, uma vez que a maior parte dos professores em sua maioria residem na cidade, e por não ter conhecimento da realidade do campo e nem tampouco da escola que irão atuar, acabam desistindo de seu exercício devido a condições mínimas do lidar com uma realidade de precarização.

Refletir sobre a educação do campo é enfatizar que é preciso melhorias de ensino e um olhar sobre como as políticas públicas são efetivadas no cotidiano dos indivíduos. Contudo, contata-se que ações eficientes estão à mercê da boa vontade dos governantes. Cobrar da administração uma Política Pública educacional que seja capaz de pensar um ensino a partir da identidade e da realidade da comunidade do campo com participação ativa de lideranças das comunidades seja o caminho mais viável.

A luta por essa educação perpassa pelo viés de disputar um território com a educação excludente, que não reconhece a cultura do campo, os seus saberes, de modo a incitar o debate junto ao governo municipal e as Secretarias de Educação como uma tarefa de todos os cidadãos comprometidos com a causa dos indivíduos pertencentes a Educação do Campo.

Referências Bibliográficas

ARROYO, M. G. **Imagens quebradas: trajetórias e tempos de alunos e mestres**. Petrópolis: Vozes, 2004.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998. 3 v.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo escolar da educação básica 2018: caderno de instruções**. Brasília: Inep, 2018.

CRUZ. TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Anuário Brasileiro da Educação Básica 2016**. São Paulo: Moderna, 2016.

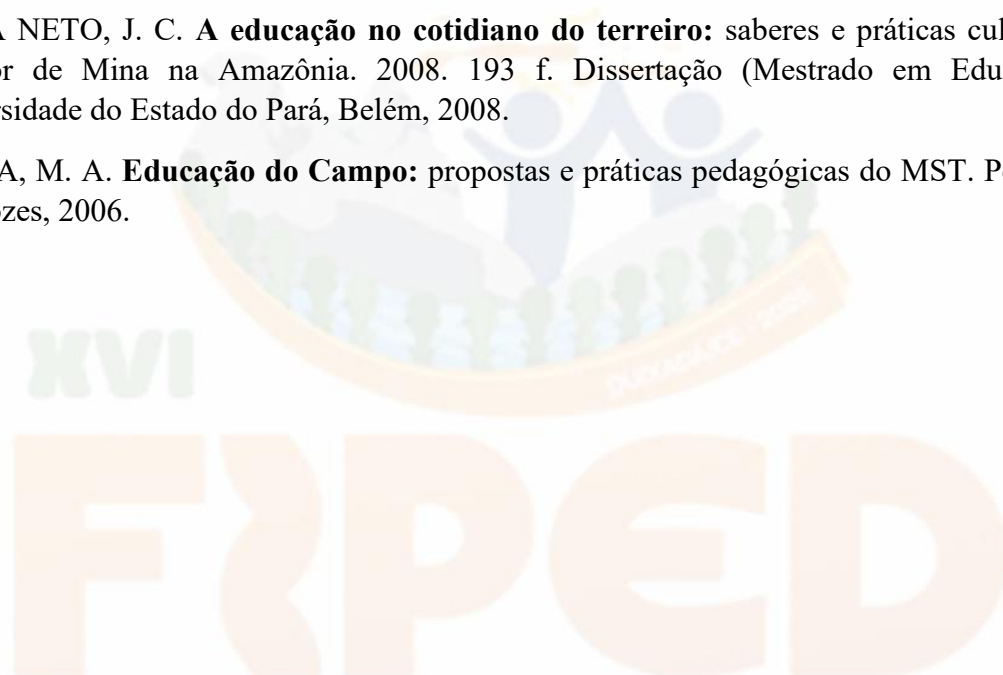
HOWLETT, M. A dialética da opinião pública: efeitos recíprocos da política pública e da opinião pública em sociedades democráticas contemporâneas. **Opinião Pública**, Campinas, v. 6, n. 2, 2000.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da Percepção**. Tradução de Carlos Alberto Ribeiro de Moura. 5ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

MOTA NETO, J.C; OLIVEIRA, I.A. Saberes da terra, da mata e das águas, saberes culturais e Educação. In: OLIVEIRA, I.A. (Org.). **Cartografias ribeirinhas, saberes e representações sobre práticas sociais cotidianas de alfabetizando amazonidas**. Belém: C.C.S.E – UEPA, 2004.

MOTA NETO, J. C. **A educação no cotidiano do terreiro: saberes e práticas culturais do Tambor de Mina na Amazônia**. 2008. 193 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Pará, Belém, 2008.

SOUZA, M. A. **Educação do Campo: propostas e práticas pedagógicas do MST**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.



REALIZAÇÃO:



UECE



AINPGP